



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº.
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01-007484/2022**PARECER Nº 013/2022-DP-4**

EMENTA: EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRSTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, MÃO DE OBRA, MATERIAL, EPIs, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA EXIGÊNCIAS DO EDITAL - ANÁLISE JURÍDICA - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 13.303/2016.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRSTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CURITIBA S/A, nos termos do edital convocatório e respectivos anexos.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com a requisição do departamento solicitante, justificando a necessidade da contratação, bem como os orçamentos dos preços praticados no mercado visando à definição da modalidade correta, e também balizou a opção da modalidade adotada para o certame, dentro dos parâmetros de preços e limites previstos na legislação competente. De igual forma, como já abordado parecer jurídico exarado, foi acostada a autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação no Diário Oficial, e igualmente registrada no portal de licitações do TCE, atendendo aos requisitos legais aplicáveis para o certame, bem como respeitando os prazos legais para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que 08 (oito) empresas ofertaram proposta/lance. A CPL após análise criteriosa decidiu que a empresa vencedora seria a SERSIL DO BRASIL SERVIÇOS



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº.
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

TERCEIRIZADOS EIRELI EPP, eis que atendeu a todas as exigências editalícias, consoante ata de julgamento de sequência 7.18 que consignou o prazo para apresentação de recurso nos termos da lei.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes na Lei 13.303/2016, no Capítulo que trata das licitações, especialmente no que tange às disposições dos Artigos 49 e 51, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e às condições de participação. Inclusive, estando regularmente instruído como determina a lei.

Diante disto, observado o cumprimento das exigências de ordem legal e estando o certame em consonância com as determinações da Lei 13.303/2016, entende esta Supervisão Jurídica que poderá o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 21 de Fevereiro de 2022.

Ricardo Costa Maguetas
Assessor Jurídico
OAB/PR 28.275

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-007484/2022 - por Lilian Cardoso - Matrícula OAB/PR 28.275